

TERCEIRO ADITIVO À ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA VBC ENERGIA S.A.

(ATUAL DENOMINAÇÃO DE SERRA DA MESA ENERGIA S.A.)

VBC ENERGIA S.A. (atual denominação de Serra da Mesa Energia S.A.) companhia aberta com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini 1297/1307, 13º andar, conj. 132, Brooklin, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.095.147/0001-02, neste ato representada na forma do seu estatuto social, doravante designada simplesmente **EMISSORA**;

intervindo, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO** e assim doravante designada,

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro nº 99, 16º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.227.994/0001-54, neste ato representada na forma de seu contrato social,

E, como interveniente garantidora e fiadora **VBC PARTICIPAÇÕES S.A.** (atual denominação da antiga VBC Energia S.A.), sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini nº, 1297/1307, 13º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ sob o nº 01.928.820/0001-00, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente Interveniente Garantidora;

RESOLVEM celebrar o Terceiro Aditivo (3º Aditivo) à Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações (“Escritura”), nos termos da autorização deliberada pela Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em [...] de [...] de 2002, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. Os termos iniciados em letra maiúscula não definidos no presente instrumento terão o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura.

2. As Partes decidem (i) **liberar** o penhor de (a) 3.591.801.554 (três bilhões, quinhentos e noventa e um milhões, oitocentos e um mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias de emissão da CPFL Geração de Energia S.A., de propriedade atualmente da CPFL Energia S.A., e anteriormente da EMISSORA (b) 2.325.553.743 (dois bilhões, trezentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, setecentas e quarenta e três) ações preferenciais, de emissão da CPFL GERAÇÃO DE Energia S.A. de propriedade atualmente da CPFL Energia S.A., e anteriormente da EMISSORA, (c) 3.674.301.554 (três bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, trezentos e um mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias de emissão da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL, de propriedade atualmente da CPFL Energia S.A. e anteriormente da EMISSORA, e (d) 2.247.323.256 (dois bilhões, duzentos e quarenta e sete milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentas e cinquenta e seis) ações preferenciais, sendo 594.203.256 (quinhentos e noventa e quatro milhões, duzentos e três mil, duzentas e cinquenta e seis) ações preferenciais classe “A” de emissão da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL e 1.653.120.000 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e três milhões, cento e vinte mil) ações preferenciais classe “B”, de emissão da COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL de propriedade atualmente da CPFL Energia S.A., e anteriormente da EMISSORA, e, conseqüentemente, (ii) **incluir**, na garantia real, em substituição às ações objeto do penhor acima liberado, 1.229.453.666 (um bilhão, duzentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentas e sessenta e seis) ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A. de propriedade da EMISSORA, passando assim a 6ª Emissão a ser garantida pelo penhor de (a) 1.229.453.666 (um bilhão, duzentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentas e sessenta e seis) ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A. de propriedade da EMISSORA, (b) 1.855.097 (um milhão, oitocentos e cinquenta e cinco mil e noventa e sete), ações ordinárias de emissão da EMISSORA de propriedade da Interviente

Garantidora; e pela fiança da Interviente Garantidora, passando o item 6 da Cláusula IV a vigorar com a seguinte redação:

“6. Espécie: As debêntures da 6ª emissão são da espécie com garantia real, constituída pelo penhor de (i) 1.229.453.666 (um bilhão, duzentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentas e sessenta e seis) ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A., de propriedade da EMISSORA, e (ii) 1.855.097 (hum milhão, oitocentos e cinquenta e cinco mil e noventa e sete) ações ordinárias de emissão da EMISSORA, de propriedade da Interviente Garantidora; e com garantia fidejussória constituída pela fiança da Interviente Garantidora.”

3. As Partes decidem, ainda (i) alterar os seguintes itens da Cláusula IV da Escritura: 1 (Valor da Emissão e Divisão em Séries), 9 (Vencimento), 13 (Amortização Programada), alíneas vi e vii do subitem 14.1 e subitem 14.2 do item 14 (Vencimento Antecipado), 16 (Obrigações da EMISSORA como Controladora da CPFL Energia S.A.) e item 17 (Resgate Antecipado Obrigatório), renumerando os itens 16 e 17 — em decorrência do deliberado na alínea (ii) a seguir — para 17 e 18, respectivamente, e assim sucessivamente para os demais itens desta Cláusula IV; e (ii) incluir na Cláusula IV da Escritura: alíneas (viii) e (ix) no subitem 14.1 do item 14 (Vencimento Antecipado), subitem 6.1, no item 6 (Espécie) e novo item 16, sob o título "Exercício da Cláusula de Permuta de Debêntures por Ações", passando estes itens a vigorar com a seguinte redação:

“1. Valor da emissão e divisão em séries: A 6ª emissão monta a R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), em série única, de 170.000 (cento e setenta mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais de classe B da EMISSORA e com cláusula de permuta em ações ordinárias da CPFL Energia S.A.”

“6. Espécie:

6.1 O penhor abrangerá automaticamente as ações decorrentes de desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações decorrentes das ações caucionadas.”

“9. Vencimento: A data de vencimento das debêntures da 6ª emissão é o dia 01/12/2010.”

“13. Amortização Programada: 13.1. As debêntures da 6ª emissão terão o seu valor do principal amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais, correspondentes, cada uma, a determinada percentagem do valor nominal na data da emissão – de acordo com o cronograma abaixo – acrescido da parcela capitalizada da TJLP, exigíveis juntamente com as parcelas de juros, vencendo a primeira em 1º de dezembro de 2006, e a última em 1º de dezembro de 2010, data de vencimento das debêntures:

<u>Data</u>	<u>Percentual de Amortização</u>	<u>Valor de Amortização do valor nominal de emissão</u>
01/12/2006	10%	R\$ 100,00
01/12/2007	15%	R\$ 150,00
01/12/2008	15%	R\$ 150,00
01/12/2009	30%	R\$ 300,00
01/12/2010	30%	R\$ 300,00

“14. Vencimento Antecipado: 14.1..... (vi) mudança de controle da EMISSORA, com a Interveniente Garantidora deixando de deter um mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) das ações representativas do controle da EMISSORA;

(vii) no caso de descumprimento de qualquer das obrigações da Interviente Garantidora, a seguir indicadas: a) somente investir nos setores de energia elétrica, gás, saneamento, telecomunicações e transmissão de dados através da CPFL Energia S.A., ou por sociedade por ela controlada, direta ou indiretamente; b) fazer com que, enquanto existirem debêntures desta emissão em circulação, a relação entre capital próprio e capital de terceiros da EMISSORA apurada nas demonstrações financeiras semestrais devidamente auditadas de junho e dezembro de cada ano, seja de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) para o primeiro e 60% (sessenta por cento) para o segundo. Caso a relação entre capital próprio e capital de terceiros atinja percentual inferior ao aqui estipulado, a Interviente Garantidora se obriga, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do recebimento pelo Agente Fiduciário das demonstrações financeiras acompanhadas do parecer da auditoria independente, a capitalizar a EMISSORA mediante subscrição e integralização em moeda corrente dentro do referido prazo de 180 (cento e oitenta) dias ou a adquirir tantas debêntures quantas sejam necessárias, pelo seu valor atualizado, para, com a capitalização ou a conversão, repor o percentual mínimo exigido. Para efeitos do cálculo de capitalização de que trata este subitem, não será considerado o valor remanescente do ativo Usina Serra da Mesa; e c) comunicar aos debenturistas, no prazo de 15 (quinze) dias anteriores à reunião do Conselho de Administração ou no prazo de 30 (trinta) dias anteriores à Assembléia Geral da EMISSORA ou da CPFL Energia S.A., conforme o caso, a ordem do dia da referida reunião ou Assembléia Geral caso as matérias delas constante contemplem a deliberação

relativa à emissão de ações, debêntures, opção de compra, bônus de subscrição ou quaisquer valores mobiliários conversíveis no capital social da EMISSORA ou da CPFL Energia S.A., conforme o caso; (viii) não providenciar o bloqueio de ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A., nos termos do subitem 16.2. e (ix) não comprovação, até 1º de novembro de 2003, do atendimento às regras de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado para a CPFL Energia S.A., em especial: a) confirmação de que o balanço anual relativo ao exercício social a encerrar-se em 31.12.2003 será disponibilizado, dentro do prazo legal, segundo as normas da USGAAP ou IASGAAP; e b) adaptação do Estatuto Social da CPFL Energia S.A.

14.2. O descumprimento das obrigações de que tratam as alíneas (vii) e (ix) do subitem 14.1, do subitem 17.5, e do item 18 desta Escritura, acarretará, além do vencimento antecipado, nos termos do caput do subitem 14.1, a incidência de multa no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total de liquidação das debêntures."

"16. Exercício da Cláusula de Permuta das Debêntures por Ações: 16.1. As debêntures poderão, a qualquer tempo e à opção dos debenturistas ser permutadas — troca esta que a EMISSORA desde já se obriga a fazer — por até 103.020.000 (cento e três milhões, e vinte mil) ações ordinárias representativas do capital social da CPFL Energia S.A. (este direito de troca doravante referido simplesmente como "Permuta de Ações").

16.2. A EMISSORA se obriga, num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de celebração do

presente Aditivo, a bloquear 34.340.202 (trinta e quatro milhões, trezentos e quarenta mil e duzentas e duas) ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A. de titularidade da EMISSORA através de averbação em livro próprio na forma do disposto no artigo 40, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, o qual abrangerá automaticamente as ações decorrentes de desdobramentos, grupamentos e bonificações relativos às ações bloqueadas.

16.3. A quantidade de ações oriundas da Permuta de Ações de 1 (uma) debênture será de 606 (seiscentas e seis) ações ordinárias representativas do capital social da CPFL Energia S.A.

16.4. A relação de permutabilidade definida no subitem 16.3, será ajustada em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações a qualquer título que vierem a ocorrer a partir da data de celebração do presente Aditivo, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

16.5. As ações ordinárias representativas do capital social da CPFL Energia S.A. decorrentes da Permuta de Ações terão as seguintes características estatutárias:

a) direito a voto, e

b) direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6404/76.

16.6. As ações decorrentes da Permuta de Ações farão jus a dividendos integrais e juros sobre o capital próprio

relativos aos lucros do exercício em que ocorrer a solicitação da troca.

16.7. A EMISSORA se obriga a cancelar todas as debêntures adquiridas via permuta, nos termos do disposto neste item 16, imediatamente após a respectiva aquisição.

16.8. Após a listagem e negociação das ações ordinárias da CPFL Energia S.A. no NOVO MERCADO da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), conforme previsto no subitem 17.1, os debenturistas se obrigam a, desde já, permutar 18.889 (dezoito mil oitocentas e oitenta e nove) debêntures por ações da CPFL Energia S.A. de propriedade da EMISSORA, de acordo com o fator de permuta definido no subitem 16.3.

16.9. Os debenturistas exercerão a opção de permuta das debêntures por ações ordinárias de emissão de CPFL Energia S.A., mediante envio de solicitação formal dirigida ao Diretor Presidente da EMISSORA, a qual deverá conter a quantidade de debêntures que pretende permutar. Para todos os fins de direito a data da permuta de debêntures será a data do recebimento, pela EMISSORA, da solicitação dos debenturistas, com a simultânea entrega das debêntures sujeitas à permuta.

16.10. A partir da data do presente Aditivo e até o vencimento final da presente emissão, na hipótese da Assembléia Geral da CPFL Energia S.A. aprovar a emissão de bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição de ações conferido aos bônus, os debenturistas desta emissão terão, a seu critério, o direito de permutar as

suas debêntures em ações ordinárias da CPFL Energia S.A., pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição.

16.11. A partir da data do presente Aditivo e até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembléia Geral da EMISSORA aprove a emissão de novas debêntures permutáveis em ações da CPFL Energia S.A., para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da EMISSORA, ou no prazo do eventual direito de prioridade ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias, os debenturistas desta emissão terão, a seu critério, o direito de determinar a alteração desta Escritura relativamente à Cláusula de Permuta, para adequá-la às condições da nova emissão de debêntures.

16.12. A partir da data do presente Aditivo e até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembléia Geral da CPFL Energia S.A. delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da CPFL Energia S.A., ou no prazo do eventual direito de prioridade ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão, a seu critério, o direito de determinar a alteração desta Emissão relativamente à Cláusula de Permuta, para adequá-la às condições da nova emissão de debêntures.

16.13. A partir da data do presente Aditivo e até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembléia

Geral ou Reunião do Conselho de Administração da EMISSORA e/ou da CPFL Energia S.A. aprove a emissão de qualquer título, valor mobiliário com ou sem direito a voto ou conversíveis em ações, incluindo promessas, termos ou opção de compra, venda ou permuta de títulos e valores mobiliários de emissão da EMISSORA e/ou da CPFL Energia S.A., com exceção da oferta primária de distribuição de ações ordinárias da CPFL Energia S.A. prevista no subitem 17.1 infra, os debenturistas desta Emissão terão o direito de converter e/ou permutar as debêntures de sua titularidade pelo preço de emissão desses valores mobiliários emitidos, observadas as condições de conversibilidade e permutabilidade previstas nesta Escritura.”

"17. Obrigações da EMISSORA como Controladora da CPFL Energia S.A.: 17.1 A EMISSORA se compromete, desde já, a promover, até o dia 1º de novembro de 2004, a listagem das ações ordinárias da CPFL Energia S.A. para negociação no NOVO MERCADO da BOVESPA através da realização de oferta pública primária de distribuição de ações ("IPO") nacional, com a adoção de mecanismos que visem obter a maior dispersão acionária possível, respeitado o Regulamento de Listagem no NOVO MERCADO em vigor na ocasião. A EMISSORA, desde já, se obriga a, quando solicitado pelos debenturistas, nos 24 (vinte e quatro) meses subsequentes ao término do prazo de "lock up" previsto no IPO, prestar todo o apoio necessário à realização de oferta pública secundária das ações resultantes da permuta das debêntures, inclusive, providenciando por conta e ordem dos debenturistas, o pagamento das despesas relativas à realização da referida oferta pública secundária, tais como a

remuneração da(s) instituição(ões) financeira(s) coordenadora(s) da oferta. A obrigação de apoiar a oferta pública secundária, nos termos acima previstos, só vale: (a) se houver um único titular das debêntures; (b) se a solicitação de apoio ocorrer nos 24 (vinte e quatro) meses após o IPO, respeitado o eventual período de "lock up" estabelecido no IPO; e (c) para uma única oferta pública. O prazo para listagem das ações da CPFL Energia S.A. para negociação no NOVO MERCADO da BOVESPA poderá ser prorrogado até 1 de novembro de 2005 se a EMISSORA e os debenturistas entenderem de comum acordo que as condições de mercado não recomendam a realização do IPO.

17.2. O IPO deverá ser antecedido da celebração de Contrato de Colocação das Ações, com o preço mínimo de venda definido por processo de "book building".

17.3. Em caso de descumprimento da obrigação de listar as ações da CPFL Energia S.A. para negociação no NOVO MERCADO da BOVESPA através da realização de IPO, passam automaticamente a prevalecer as seguintes condições para a presente Emissão:

(a) **PRÊMIO DE REEMBOLSO:** um prêmio de 20% (vinte por cento) incidirá sobre o saldo devedor das debêntures a ser capitalizado e pago juntamente com as amortizações programadas previstas na alínea (c) deste subitem;

(b) **JUROS REMUNERATÓRIOS:** os juros ("spread") serão elevados para 8% (oito por cento) ao ano acima da TJLP e serão calculados sobre o valor nominal das debêntures acrescido da parcela capitalizada da TJLP, a

partir do descumprimento da obrigação de listar as ações da CPFL Energia S.A. no NOVO MERCADO da BOVESPA, conforme previsto no subitem 17.1;

(c) **AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS:** o saldo devedor do principal não amortizado vencerá em duas parcelas anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo da obrigação constante do subitem 17.1 e a segunda parcela 360 (trezentos e sessenta) dias após o vencimento da primeira parcela, devendo ainda o pagamento destas parcelas se dar em moeda corrente nacional;

(d) **CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES ORDINÁRIAS:** à opção do debenturistas, poderão as debêntures ser convertidas em ações preferenciais classe B e, de ações preferenciais classe B em ações ordinárias da EMISSORA. A conversibilidade de ações preferenciais classe B em ações ordinárias só se aplica na hipótese de descumprimento da obrigação de que trata o subitem 17.1. Na conversão de ações preferenciais de classe B em ações ordinárias da EMISSORA, o debenturista não fará jus ao Prêmio de Reembolso definido neste subitem 17.3, alínea (a).

17.4. A EMISSORA pagará *pro rata tempore* os juros remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de conversão, permuta, amortização, resgate e vencimento antecipado.

17.5. Após a obtenção da listagem e negociação das ações ordinárias da CPFL Energia S.A. no NOVO MERCADO da BOVESPA, a EMISSORA obriga-se a promover o bloqueio adicional de ações ordinárias de emissão da CPFL Energia

S.A. de sua propriedade dentro do prazo de 30 (trinta) dias do não pagamento do prêmio devido pela outorga da opção de compra das debêntures e/ou do não resgate antecipado obrigatório previsto no item 18.1 desta Escritura, na quantidade necessária para garantir o exercício do direito de permuta dos debenturistas sobre a totalidade das debêntures em circulação."

"18. Resgate Antecipado Obrigatório: 18.1. Após a obtenção da listagem e negociação das ações ordinárias da CPFL Energia S.A. no NOVO MERCADO da BOVESPA, conforme previsto no item 17, a EMISSORA se obriga a resgatar a totalidade das debêntures em circulação no mercado nas proporções e prazos definidos na programação de resgate abaixo:

<u>PROGRAMAÇÃO DE RESGATE OBRIGATÓRIO</u>	
<u>Percentual de debêntures a serem resgatadas</u>	<u>Data do resgate</u>
10%	01/12/2006
15%	01/12/2007
15%	01/12/2008
30%	01/12/2009
30%	01/12/2010

18.2. As debêntures serão resgatadas pelo seu valor nominal atualizado, acrescido da parcela capitalizada da TJLP, até a data do resgate.

18.3. A EMISSORA deverá solicitar o resgate obrigatório, na forma disposta nesse item 18, mediante notificação aos debenturistas, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista na PROGRAMAÇÃO DE RESGATE OBRIGATÓRIO."

4. As Partes esclarecem que no item 19, atual item 20 (Fiança), da Cláusula IV da Escritura onde consta a expressão VBC Energia S.A. passará

a constar VBC Participações S.A., nos termos do deliberado no item 2 acima.

5. As Partes ratificam os termos e condições da Escritura que não foram modificados pelo presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente aditivo em 4 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 testemunhas.

São Paulo, 16 de dezembro de 2002.

VBC Energia S.A.
Emissora

nome:
cargo

nome:
cargo

VBC Participações S.A.
Interveniente Garantidora

nome:
cargo

nome:
cargo

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agente Fiduciário

nome:
cargo

nome:
cargo

Testemunhas:

1._____
nome:
RG:
CPF:

2._____
nome:
RG:
CPF: